

Cadernos
IHU *ideias*



Ano 14 • nº 236 • vol. 14 • 2016 • ISSN 1679-0316

Economias Biopolíticas da Dívida

Michael A. Peters

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

 UNISINOS

Economias Biopolíticas da Dívida

Biopolitical Economies of Debt

Michael A. Peters

Resumo

A questão e a moral da dívida vieram à tona em uma variedade de áreas – antropologia, economia, filosofia, finanças – como a base para uma investigação sobre o fenômeno da ‘economia da dívida’ e as novas configurações do ‘capitalismo da dívida’ como uma expressão de inúmeros termos relacionados que sinalizam a mudança para a cultura da finança: globalização, financeirização, neoliberalismo e o próprio capitalismo financeiro. Nessa mudança para a dívida como um modo de vida, Nietzsche tem uma recém-descoberta relevância, especialmente na compreensão do que Balibar chama de novas ‘modalidades de subjetivação’ associadas a uma ‘economia geral (e sociedade) da dívida’, ou seja, a dívida como um instrumento ou mecanismo para o governo da subjetividade que funciona à margem do dinheiro, poder, economia e moral.

Palavras-chave: Nietzsche, economia, biopolítica, globalização, financeirização, neoliberalismo.

Abstract

The issue and morality of debt has come to the fore in a range of disciplines – anthropology, economics, philosophy, finance – as the basis for an investigation into the phenomenon of the ‘debt economy’ and new configurations of ‘debt capitalism’ as an expression of a host of related terms that signal the shift to finance culture: globalization, financialization, neoliberalism and finance capitalism itself. In this shift to debt as a way of life Nietzsche has a new found relevance especially in understanding what Balibar calls new ‘modalities of subjectivation’ associated with a ‘general economy (and society) of debt,’ that is, debt as an instrument or mechanism for the government of subjectivity that works at the margins of money, power, economy and morality.

Keywords: Nietzsche, economy, biopolitics, globalization, financialization, neoliberalism

Cadernos
IHU *ideias*

Economias Biopolíticas da Dívida

Michael A. Peters

ano 14 • nº 236 • vol. 14 • 2016 • ISSN 1679-0316

Tradução de Wilney Ferreira Giozza

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 236 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Áttila Alexius

Imagem da capa: Natália Scholz

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

ECONOMIAS BIOPOLÍTICAS DA DÍVIDA¹

Michael A. Peters

Esses genealogistas da moral até agora teriam se permitido sonhar, mesmo que remotamente, por exemplo, que o grande princípio moral da “culpa” [*Schuld*] teve origem na própria ideia materialista da “dívida” [*Schulden*]? Ou que o castigo desenvolveu-se como uma *reparação* completamente sem referência a qualquer suposição sobre liberdade ou falta de liberdade da vontade?

De onde retira sua força essa ideia primitiva, profundamente arraigada e, agora, talvez, inerradicável, a ideia de uma equivalência entre castigo e dor? Já revelei: na relação contratual entre *credor* e *devedor*, a qual, em geral, é tão antiga quanto a ideia de “pessoas jurídicas” e que, de sua parte, remete às formas básicas de compra, venda, escambo, comércio e troca de mercadorias.

Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral*

No segundo ensaio (seções 1-7) da *Genealogia da Moral*, Nietzsche argumenta que a origem da instituição do castigo ou punição deriva da natureza da relação credor/devedor e constitui a primeira moral baseada na faculdade de ser capaz de fazer promessas.² Assim, quando ele diz que ‘culpa’ teve origem em ‘dívida’ e que ‘castigo’ se tornou ‘reparação’, datando da ‘pessoa jurídica’ do mundo antigo. Pagar uma dívida é a essência da confiança que inspira e garante o contrato e o penhor para o credor é algo além da dívida no caso do não pagamento, o qual pode ser desproporcional à dívida e à sua natureza composta, ‘algo sobre o qual ele ainda exerce poder, como, por exemplo, seu corpo, sua mulher, sua liberdade ou mesmo sua vida’ (ibid), conforme Nietzsche deixa claro na passagem a seguir:

1 Artigo elaborado para o V Colóquio Latino-Americano de Biopolítica, III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação, e XVI Simpósio Internacional IHU: Saberes e Práticas na Constituição dos Sujeitos na Contemporaneidade, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), promovida pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

2 Disponível em: <<http://records.viu.ca/~johnstoi/Nietzsche/genealogytofc.htm>>. Acessado em: 08 jan. 2016.

Isso significa que o credor poderia infligir ao corpo do devedor toda sorte de humilhações e torturas, por exemplo, cortar o corpo tanto quanto parecesse proporcional ao tamanho da dívida: – e esse ponto de vista, desde o princípio e em toda parte, deu origem a estimativas precisas e, às vezes, horríveis, entrando nas minúcias, estimativas *legalmente* estabelecidas sobre membros individuais e partes do corpo (ibid).

O prazer do credor que pode exigir todo tipo de condições e, em última análise, leva o que lhe agrada, até mesmo como uma espécie de gozo da violação do endividado. O conceito moral de obrigação, juntamente com culpa, consciência e dever, tem seu início nessa relação contratual, marcada com sangue e tortura. Novamente, como Nietzsche coloca: ‘até que ponto o sofrimento pode ser um pagamento de “dívidas”? Até o ponto que fazer alguém sofrer proporciona o mais alto grau de prazer, até o ponto que a pessoa prejudicada pela dívida, em compensação pelo dano ou prejuízo, bem como pelo transtorno causado pelo dano ou prejuízo, tenha um extraordinário prazer compensatório.’

A questão e a moral da dívida vieram à tona em uma variedade de áreas – antropologia, economia, filosofia, finanças – como a base para uma investigação sobre o fenômeno da ‘economia da dívida’ e as novas configurações do ‘capitalismo da dívida’ como uma expressão de inúmeros termos relacionados que sinalizam a mudança para a cultura da finança: globalização, financeirização, neoliberalismo e o próprio capitalismo financeiro. Nessa mudança para a dívida como um modo de vida, Nietzsche tem uma recém-descoberta relevância, especialmente na compreensão do que Balibar³ (2014) chama de novas ‘modalidades de subjetivação’ associadas a uma ‘economia geral (e sociedade) da dívida’, ou seja, a dívida como um instrumento ou mecanismo para o governo da subjetividade que funciona à margem do dinheiro, poder, economia e moral.

A crise da dívida soberana da Grécia (e de uma série de estados soberanos incluindo Irlanda, Espanha, Portugal, Itália e Chipre), de modo mais amplo, aponta para os efeitos em curso da crise financeira global, mas também para os problemas fiscais na Zona do Euro que efetivamente criam uma divisão entre as fortes economias solventes do norte e as mais fracas do Mediterrâneo, onde o índice de endividamento passa dos noventa por cento. Philip R. Lane (2012) identifica algumas deficiências

3 «The Politics of Debt». Disponível em: <<http://criticaltheory.berkeley.edu/events/event/neoliberalism-and-biopolitics-working-group-politics-of-the-debt/>>. Ver vários registros disponíveis em: <<http://www.heathwoodpress.com/etienne-balibar-the-politics-of-debt/>> e <<https://soundcloud.com/cirucberkeley/the-politics-of-the-debt-etienne-balibar-12-10-14>>. Acessados em 08 jan. 2016.

do projeto de união do Euro, incluindo o cancelamento da facilidade para desvalorizações nacionais e também o fato de que o projeto não incluiu reformas para a união bancária e fiscal. Durante a crise, essas ‘falhas’ ou limitações do projeto exacerbaram os problemas de *free rider*⁴ para socorrer países que haviam tomado empréstimos em excesso apesar dos limites estabelecidos nos déficits orçamentários fixados em três por cento do PIB e um índice de endividamento de 60 por cento (p. 49).

Shambaugh (2012) sugere que a Zona do Euro ‘enfrenta três crises interligadas que desafiam a viabilidade da união monetária’: uma crise bancária com bancos fortemente descapitalizados; uma crise da dívida soberana com países fiscalmente mais fracos enfrentando um aumento dos rendimentos dos títulos; e uma crise de crescimento com problemas econômicos estruturais. Os próprios países que são os menos competitivos enfrentam os níveis mais altos de dívida soberana, doméstica e corporativa, uma característica que agrava a interligação das crises (Blundell-Wignall, 2012). A situação da Grécia demonstra exatamente essa crise tripla e a dificuldade de sucessivos ‘socorros financeiros’ que tendem a usar recursos desproporcionais para atender os níveis existentes da dívida pública (na qual o índice de endividamento para o PIB é superior a 180%) ao invés de criar crescimento ou empregos. As atuais condições de ‘socorro financeiro’ impulsionadas pela Alemanha tendem a enfatizar uma maior austeridade através de cortes na assistência social e aumento de impostos.

Tem havido muitos comentários políticos e econômicos sobre a natureza da crise da dívida soberana grega e o reconhecimento do ‘castigo’ sendo dispensado, conduzido pela alemã Angela Merkel. Robert Kuttner (2013), autor de *Debtors’ Prison: The Politics of Austerity Versus Possibility*, em um artigo intitulado ‘The German Menace’ (numa tradução livre, A Ameaça Alemã) para o *Huffington Post*, faz comentários em termos nietzschianos sobre perdão da dívida e reparações para a Alemanha que, mais tarde, ocorreram no âmbito do Plano Marshall. Após a reconstrução econômica e posterior reunificação, a Alemanha tornou-se a potência econômica dominante e, esquecendo Versalhes, seu *ethos* de evitar dívidas tornou-se parte da constituição europeia, com a Grécia como sua vítima imediata – ‘o euro é agora uma bola e corrente.’⁵ Outros, como

4 O termo *free-rider* é traduzido para o português como carona. Esse termo, bastante usado na Economia Política, refere-se àqueles indivíduos que, sem oferecer qualquer participação, aproveitam-se de esforços alheios para obter os mesmos ganhos. Se, por exemplo, uma obra pública é financiada com recursos de um determinado grupo de pessoas, todos os outros beneficiários dessa obra são caronas.

5 Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/robert-kuttner/the-german-menace_b_7922376.html>. Acessado em: 08 jan. 2016.

Jeffrey Sachs e Jakob von Uexkull, têm sido muito críticos da resposta europeia. Sachs sugere que ‘a resposta política por parte dos parceiros da Grécia, liderados pela Alemanha, foi imprudente e altamente não profissional. A abordagem deles tem sido conceder novos empréstimos para que a Grécia possa pagar suas dívidas existentes, sem recuperar o sistema bancário grego ou promover sua competitividade nas exportações.’⁶ Uexkull registra a campanha monetarista-neoliberal na zona Euro, liderada pela Alemanha, para insistir e infligir políticas de austeridade, abrindo mão da possibilidade de uma reforma fiscal mais ampla e pondo em perigo a ‘esperança de uma Europa democrática, social e justa.’⁷

No entanto, os problemas da Grécia e da Zona do Euro são eles próprios apenas um lembrete de mudanças ainda maiores na natureza do capitalismo que caem na descrição de financeirização. Reinhart *et al* (2012) identificaram 26 casos de dívida pública desde 1800 (nos quais o índice de endividamento para o PIB era superior a 90% por mais de cinco anos) para focar nos níveis historicamente elevados de endividamento público após a crise financeira global e recessão. A estabilização do índice de endividamento é a questão premente especialmente em vista de que o lento crescimento e os altos encargos da dívida não se limitam a dívida pública, mas se estendem à dívida privada, à dívida externa, bem como à dívida atuarial que atormentam as pensões dos idosos, programas de assistência médica (p. 71) e aumento dos custos da educação. A crise da dívida soberana é, portanto, apenas uma parte de uma dívida maior que também está intimamente ligada com a crise bancária e problemas de crescimento econômico mais em geral. A ecologia da dívida pública e sua ascendência realmente entraram em foco em meados dos anos 2000, quando os países da Zona do Euro começaram a ter índice de endividamento superiores a 90%, levando a conceitos de insustentabilidade e impedimentos de dívida estrutural afetando a natureza de todos os programas públicos, em resultado do que os governos impuseram medidas de austeridade na assistência social e no setor público, às vezes como uma condição para obterem empréstimos de socorro financeiro. Essa transição em direção à economia da dívida para as economias avançadas levou a um enfoque na análise da dívida, incluindo a magistral *Debt: The First 5,000 Years*, de David Graeber (2011), que escreve:

Todos os estados-nação modernos são construídos sobre os gastos deficitários. A dívida passou a ser a questão central da política inter-

6 Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/jeffrey-sachs/germany-greece-and-the-future-of-europe_b_7886494.html>. Acessado em: 08 jan. 2016.

7 Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/jakob-von-uexkull/from-greek-to-euro-crisi_b_7926532.html>. Acessado em: 08 jan. 2016.

nacional. Mas ninguém parece saber exatamente o que é isso, ou como pensar nisso.... Se a história mostra alguma coisa, é que não há melhor maneira de justificar as relações fundadas na violência, para fazer tais relações parecerem morais, do que reformulá-las na linguagem da dívida acima de tudo, porque imediatamente faz parecer que é a vítima que está fazendo algo errado (p. 6).

Graeber (2011) levanta questões centrais não apenas sobre a história da dívida e seus mitos, mas também, de forma mais importante, sobre como seriam uma sociedade e sua concepção dos seres humanos onde os títulos são baseadas no que nós devemos uns aos outros. Logicamente, essa análise só pode ser estendida à economia política global quando a relação credor/devedor é trazida para o foco e a recente mudança de devedor para credor dos BRICS e alguns países do Sul Global é plenamente considerada.

Maurizio Lazzarato é um dos poucos filósofos que tem abordado de forma sistemática a questão social e política da dívida. Ele é o autor de *The Making of the Indebted Man* (2012) e, mais recentemente, *Governing by Debt* (2015). Em ambos os livros, ele explora como a dívida não é simplesmente uma questão econômica, mas sim uma questão política de sujeição à dívida que disciplina as populações, legitimando ainda mais a austeridade e até mesmo a suspensão da democracia. Em *The Making of the Indebted Man*, Lazzarato, seguindo Nietzsche, examina a relação credor-devedor para mostrar como a dívida envolve um tipo especial de relação de poder ‘que implica formas específicas de produção e controle da subjetividade – uma forma particular de *homo economicus*, o “homem endividado” (pp. 77-78). Lazzarato explora uma compreensão da dívida como a base para a vida social e fornece uma genealogia da dívida e do devedor antes de traçar a ascendência da dívida no neoliberalismo. Como ele diz no prefácio:

A relação credor-devedor ... intensifica os mecanismos de exploração e dominação em todos os níveis da sociedade, pois sem ela não existe nenhuma distinção entre trabalhadores e desempregados, consumidores e produtores, as populações que trabalham e as que não trabalham, aposentados e beneficiários da previdência social. Todo mundo é um “devedor”, responsável e culpado perante o capital. o Capital tornou-se o Grande Credor, o Credor Universal (p.7).

A relação credor-devedor envolve ‘um processo ético-político de construção de uma subjetividade dotada de uma memória, uma consciência, e uma moral que o obriga a ser responsável e culpado. A produção econômica e a produção de subjetividade, trabalho e ética, são indissolúveis’ (p. 49). Como Yannis Stavrakakis (2013) observa em relação à evo-

lução da ‘sociedade da dívida’ exemplificada pela Grécia como um sintoma, na construção neoliberal da dívida como a base do capitalismo financeiro entramos na era do ‘pós-democracia’.

A dívida tem prioridade sobre a troca para se entender o capitalismo financeiro e a economia da dívida neoliberal se baseia e atua através da produção moral dos indivíduos endividados. O neoliberalismo é o mecanismo de controle mais eficiente que, através da dívida, captura a resistência por parte dos trabalhadores e estudantes.

A crise financeira, que se transformou em uma crise de dívidas soberanas, impõe novos modos de governamentalidade e novas figuras do sujeito tanto do lado do governante (‘governo técnico’) quanto do governado (o endividado que expia sua própria culpa através dos impostos). As novidades das figuras desses sujeitos são uma manifestação da verdadeira natureza das técnicas governamentais e da relação que o liberalismo estabelece com o capital, que é melhor e mais profunda do que a anteriormente identificada no período do nascimento do neoliberalismo⁸.

Em uma entrevista com Mathieu Charbonneau e Magnus Paulsen Hansen (2014), ‘Debt, neoliberalism and crisis: interview with Maurizio Lazzarato on the indebted condition’ (numa tradução livre: Dívida, neoliberalismo e crise: entrevista com Maurizio Lazzarato sobre a condição do endividado), Lazzarato explica:

Enquanto os economistas políticos clássicos estavam enfocando a relação de trocas e Marx enfatizava a relação produtiva entre o capital e o trabalho, Nietzsche oferecia um outro ponto de vista: a relação credor-devedor. Por isso, o meu interesse na abordagem nietzschiana pode ser explicado pelo fato óbvio de que essa relação tornou-se extremamente importante hoje. Na realidade, desde o surgimento do neoliberalismo – muito antes da crise do subprime de 2007-2008 – a economia tornou-se fundamentalmente estruturada em torno da questão do crédito.⁹

Ele sugere: ‘a universidade americana representa um arquétipo da sociedade credor-devedor’, onde a maioria dos graduados universitários está endividada em uma sociedade onde todas as relações sociais são estruturadas em termos de relações de crédito. A relação credor-devedor para Lazzarato é um universo antropológico que assume diferentes formas históricas, onde o paradigma do social se assenta firmemente sobre

8 Disponível em: <http://www.generation-online.org/p/tp_lazzarato7.htm>. Acessado em: 08 jan. 2016.

9 Disponível em: <https://www.academia.edu/5980223/Debt_neoliberalism_and_crisis_interview_with_Maurizio_Lazzarato_on_the_indebted_condition>. Acessado em: 08 jan. 2016.

a noção de crédito. No neoliberalismo, a ênfase biopolítica mudou de direitos sociais para dívidas sociais. À medida que o discurso dos direitos dá lugar à dívida, ele autoriza os governos a trabalharem de forma antidemocrática para garantir os direitos de propriedade e poder financeiro das instituições de crédito em detrimento do público e, literalmente, ‘comprar’ a oposição e a resistência, especialmente os estudantes e os jovens que se endividam mais cedo e nunca saem do círculo de dívida e de autoinvestimento que envolve a sua existência.

A dívida como universo cultural tem sido amplamente discutida em antropologia. Gustav Peebles em ‘The Anthropology of Credit and Debt’, que faz um levantamento de três décadas de estudo, observa que é quase uma moral universal defendida por comentaristas que o crédito é bom enquanto que a dívida é ruim; crédito é poder, a dívida é fraqueza. Ele comenta que os velhos mestres Mauss e Malinowski confirmam que crédito e dívida são uma relação diádica que leva à dominação e à hierarquia, embora estudiosos mais jovens estão começando a questionar essa fácil associação em etnografias detalhadas que estudam a forma como a dívida gera laços sociais. Keith Hart registra o fato de que, desde a década de 1980, antropólogos mais jovens têm se reunido para fazer um trabalho etnográfico sobre a cultura da finança, ‘menos dispostos a habitar uma metade da divisão entre as economias modernas e as tradicionais’ e, ao mesmo tempo, mais prontos para desafiar as divisões entre o local e o global. Resumindo várias décadas de pesquisa antropológica, ele observa:

O trabalho de três décadas resumidas aqui quebrou o vidro de cristal que protegia o setor financeiro e o mundo corporativo do olhar atento dos antropólogos. Se Laura Nader aconselhou os antropólogos a “estudar”, sua mensagem teve algum impacto. Ao analisar as práticas de dinheiro na vida cotidiana e os marcos conceituais dos profissionais, os antropólogos têm ajudado a desmistificar um setor que organiza a maior parte do dinheiro hoje. Ao contrário dos modelos convencionais de agentes de maximização, eficiência de mercado e alocação ideal de riqueza, esses profissionais parecem ser apenas pessoas normais, lutando por suas carreiras, aplicando procedimentos cuja lógica e política eles não entendem, em redes de intercâmbio, cuja extensão real eles nunca saberão. No entanto, esses relatos dizem pouco sobre o contexto mais amplo no qual discursos regulatórios, acadêmicos e jornalísticos interagem com o setor financeiro. Eles dizem ainda menos sobre como este último chegou à sua atual posição de domínio e por que governos são coniventes com a indústria financeira para prejudicar a proteção dos que votaram neles. Corrigir problemas financeiros é, obviamente, um problema global; entretanto, os etnógrafos de finanças não têm ne-

nhuma perspectiva sobre a história do mundo que possa permitir que eles tirem lições para o futuro.¹⁰

O antropológico e o etnográfico são úteis e uma das poucas disciplinas que fornecem uma análise crítica da indústria financeira e sua cultura. Ao mesmo tempo, precisamos da análise fornecida pela economia política radical para desafiar as estruturas e teorias aceitas para entender que as finanças e a cultura das finanças representam uma nova etapa ou fase no acúmulo e distribuição de capital, que agora serve como um dos três fluxos fundamentais, junto com comércio e informação, que circunscrevem e definem a realidade global emergente considerados como partes de um sistema integrado único.

Embora muitas das novas formas de análise tendam a tirar suas lições iniciais de Nietzsche para entender a base espiritual e ética da cultura da finança no dístico dívida/culpa, alguns também defendem uma análise econômica que absorva valores culturais, tais como na chamada 'teoria do zumbi', que utiliza a metáfora de produção de zumbis na cultura popular que distingue zumbis de vampiros. Assim, por exemplo, Fred Bottling documenta o 'Attack of Zombie Debt' (numa tradução livre, O Ataque da Dívida Zumbi), que registra o retorno de dívidas incobráveis de longo prazo não cobradas que não são baixadas, mas retornam depois que são vendidas a preços baixos para empresas especializadas de cobrança. Ele escreve:

A dívida zumbi é outra manifestação de uma associação aparentemente contagiosa entre finanças e os mortos-vivos. Tal como a economia zumbi, os bancos zumbis e o capitalismo zumbi, a expressão parece seguir a lógica de Ulrich Beck de "categorias zumbis" da modernidade, na qual velhas idéias, instituições ou práticas persistem apesar de terem pouca aceitação, relevância ou credibilidade. O retorno da figura, no entanto, também toma seus aspectos genéricos de um léxico político-econômico gótico de mais longa data que volta, pelo menos, até as imagens de monstrosidade industrial e alimentação de mão-de-obra morta em corpos vivos que trabalham, em *O Capital* (Marx 506, 342). Ao mesmo tempo – e com a mente cultural pop da mídia política reflexiva – seu senso de um humor financeiro em transformação responde às recentes transformações nos significados políticos de vampirismo: a figura emocionante de uma euforia consumista voraz de desejo (e crédito) ilimitado cede a uma estagnação depressiva e elegias para a estratégia fiscal neoliberal.

10 Disponível em: <<http://themorybank.co.uk/2013/09/04/contemporary-research-on-the-antropology-of-money-and-finance/>>. Acessado em: 08 jan. 2016.

Através dessa literatura florescente em muitas frentes disciplinares, sou levado a investigar o que eu chamo de ‘economia educacional da dívida’. Foco nesse aspecto após co-editar uma coletânea recente com João Paraskeva e Tina Besley (2015) intitulada *The Global Financial Crisis and the Restructuring of Education*, onde avançamos com a seguinte tese:

A integração mundial e globalização das finanças, um aspecto da “financeirização”, coincidiu com a ascensão do neoliberalismo orientado para o mercado promovendo estratégias de livre comércio e de privatização. Novas tecnologias baseadas na Internet têm reforçado a integração do mercado financeiro, criando um frágil ecossistema financeiro globalmente integrado que apresenta novos riscos sistêmicos e efeitos de contágio caracterizados por excesso de empréstimos e dívida crescente, grandes bolhas de ativos, um enorme sistema bancário obscuro, e inovação financeira que leva a uma obrigação de dívida colateralizada e securitização. A educação pública tem estado no centro das estratégias de privatização neoliberais e financeirização com a explosão de trilhões de dólares de empréstimos estudantis. A educação, uma vez considerada um bem público nacional e global vinculado à criação de conhecimentos e a base de uma sociedade justa e democrática, sofreu uma profunda transformação e reestruturação financeira.

Num artigo escrito em conjunto (Peters, Besley, Paraskeva 2015), argumentamos que ‘financeirização’ é um termo que descreve um sistema ou processo econômico que tenta reduzir todo valor que é trocado (seja tangível, intangível, futuro ou presente, promessas, etc.) a um instrumento financeiro ou a um derivativo de um instrumento financeiro. A intenção original da financeirização é poder reduzir qualquer produto ou serviço de um trabalho a um instrumento financeiro intercambiável. É um aspecto da maior simbolização, matematização, e informatização dos mercados financeiros que são tendências dentro do capitalismo do conhecimento. O neoliberalismo é uma expressão do poder da finança que ganhou ritmo com a internacionalização do capital e a globalização dos mercados.

Alguns estudiosos sugerem que o neoliberalismo e a globalização são eles próprios expressões de finanças, intimamente ligados ao desenvolvimento dos mercados de derivativos e à evolução de um sistema financeiro internacional. Eles alegam que os rentistas internacionais conseguiram aumentar significativamente a sua fatia da renda nacional com base em fraude sistemática, corrupção e criminalização generalizada de práticas financeiras como o uso indevido de informações privilegiadas e a manipulação sistemática da taxa de câmbio Libor. A atual crise financeira

é uma crise sistêmica de todo o sistema capitalista baseado em mercados financeiros globais interligados. Essa é uma mudança fundamental que representa a financeirização da esfera reprodutiva da própria vida¹¹. Nesse regime, a monopolização e a privatização do conhecimento e da educação têm avançado rapidamente. Um dos efeitos da financeirização e da crise econômica tem sido popularizar um debate sobre cortes orçamentários e ‘política de austeridade’ em toda a linha de serviços públicos prestados a nível de estado com cortes maciços para a educação em todos os aspectos, ataques à negociação coletiva entre patrões e empregados, e a demissão de milhares de professores (Peters, Besley & Paraskeva, 2015).

Precisamos explorar a educação na era da financeirização e do impacto da crise financeira mundial sobre a educação como um espaço público que está sendo institucionalizado como uma cultura da dívida.¹² Essa cultura da dívida é composta de dois conjuntos de relações entre devedores e credores: 1) aquela entre os estudantes e as instituições credoras, principalmente bancos, mas também agências estatais; e 2) o professor como um ‘trabalhador do conhecimento’ da universidade e do aluno como ‘consumidor’ que paga taxas e mensalidades e avalia o contrato de ‘desempenho’.

A subjetivação do aluno como um ‘sujeito jurídico’ assume as características do *homo economicus*. Nietzsche oferece um relato de sujeição à dívida que aponta para os efeitos da subjetividade explorados por alguns autores através da noção de biopolítica de Foucault e o resultante conceito de economia biopolítica.

Ali Riza Taşkale, um aluno de doutorado em Geografia Humana na Universidade de Sheffield, coloca isso muito bem quando, em seu blog, ele fala da dívida como um modo de governança capitalista:

O capitalismo tem um controle completo sobre a vida: ele tem um controle “biopolítico”. Dessa forma, a declaração acima de Deleuze em seu texto sobre as sociedades de controle, onde o regime de endividamento é tanto com relação ao controle biopolítico, quanto é uma extensão do capital.

Na sociedade primitiva, a dívida é cobrada através da inscrição primitiva, ou codificação, no corpo. A vingança de sangue e a crueldade tratam de um poder não intercambista. Na sociedade despótica, to-

11 Disponível em: <<http://www.truth-out.org/news/item/8887-algorithmic-capitalism-and-educational-futures-informationalism-and-the-googlization-of-knowledge> e <http://www.truth-out.org/opinion/item/17536-the-crisis-of-finance-capitalism-and-the-exhaustion-of-neoliberalism>>. Acessado em: 08 jan. 2016.

12 Disponível em: <https://www.google.fr/search?q=education+in+the+age+of+financialization&ie=utf-8&oe=utf-8&channel=rsc&gws_rd=cr&ei=YsL3VZzqGov9aZPzrpAH>. Acessado em: 08 jan. 2016.

das as dívidas tornam-se dívidas infinitas para o governante divino. No capitalismo, todas as dívidas finalmente se libertam do soberano e se tornam infinitas pela conjunção de fluxos. Com o capitalismo, a dívida é contínua e sem limite: dívida estudantil, dívida de cartão de crédito, dívida de financiamento imobiliário, dívida de plano de saúde.

Ele observa mais adiante que ‘A dívida é um modo de governança, uma atuação futura, restringindo e reduzindo imaginação humana’ e aplica sua análise a empréstimos estudantis:

Como um tipo excepcionalmente punitivo, a dívida estudantil, por exemplo, produz indivíduos desesperados que tentam adequar suas ações às leis do mercado, em vez de questionar radicalmente o seu lugar no seio da sociedade (ibid.). A dívida estudantil impede que os indivíduos se envolvam na política, o que os faz pensar de maneira criativa e crítica sobre a sociedade e questionar. Como tal, a dívida tem um efeito disciplinador profundo sobre os alunos, taylorizando seus estudos e minando a sociabilidade e politização que tradicionalmente têm sido um dos principais benefícios da vida universitária (Caffentzis, 2011: 32).

Ele detalha a maneira, como resultado da economia da dívida, como ‘os alunos são obrigados a aceitar cargos e trabalhos inseguros, de meio-turno, temporários, casuais, estágios, flexíveis, baseados em projetos, contingentes e auxiliares, e estão se tornando, assim, uma fonte de mão-de-obra instrucional barata.’

Outros críticos estão à beira de nomear as economias biopolíticas que existem no ensino superior. Em ‘Biopolitical Economies in Higher Education Debt Formation: Financial Exploitation of Knowledge Production’, Elijah Adiv Edelman e Jessica L. Murgel (2013) comentam que a dívida dos empréstimos estudantis, nos EUA, de mais de um trilhão (na verdade, 1,3 trilhão, devendo duplicar em duas décadas) superou todas as dívidas com cartões de crédito em 2013, mas, ao contrário da dívida de cartão de crédito, ela deve ser paga.¹³ Eles fazem alusão a ‘The Politics of Contingent Academic Labor’, de Claire Goldstone (2012), para se referirem ao crescimento de cargos adjuntos que agora compreendem 68% de todas as nomeações do corpo docente que têm todas as expectativas dos docentes acadêmicos normais, embora nenhuma segurança no emprego ou proteções acadêmicas. E mais, a microanálise da relação custo-benefício de estudante para adjunto ou auxiliar revela uma lógica de mercado com mão de ferro. Eles comentam que ‘se o custo do curso é correlacio-

13 Disponível em: <<http://www.scicornwall.com/2013/05/biopolitical-economies-in-higher.html>>. Acessado em: 08 jan. 2016.

nar com os benefícios da educação, através do qual o trabalho do curso é o canal principal, o valor do tempo de aula curiosamente é excepcionalmente alto e completamente inútil.’

A lógica fundamental da biopolítica da dívida estudantil é alugar ou arrendar o futuro:

o acesso à educação superior é um processo que está criando categorias sombrias de experiência de sujeitos, através das quais o aluno pode situar o seu futuro como sendo composto por tempo alugado, potencialmente endividado para sempre com o credor privado. De acordo com as lógicas foucaultianas de poder, esses credores atuam para permitir a criação de subjetividades, mas também as limitações dessa experiência. Os empréstimos estudantis fornecem uma dupla função, permitindo a sua capacidade de ‘aprender’ e, ao mesmo tempo, restringindo sua mobilidade econômica e sócio-política futura.

As economias biopolíticas do ensino superior são baseadas na lógica de mercado que depende de uma ‘maior exploração do trabalho físico, mental e afetivo do instrutor e do aluno’, onde construções de dívidas estudantis também dependem simultaneamente da manipulação da esperança associada com um sonho americano desatualizado ideológico que oferece notas promissórias e promessas que jamais podem ser resgatadas. Não é à toa que a abolição da dívida de empréstimos estudantis tem fortes defensores que sustentam uma maior justiça¹⁴. Jeffrey William (2006) fala de ‘The Pedagogy of Debt’ (numa tradução livre, ‘A Pedagogia da Dívida’), onde o ensino superior se torna não mais do que um serviço ao consumidor que condiciona as escolhas de carreira e ensina uma visão de mundo de mercado onde ‘o papel do Estado é aumentar o comércio’, e o valor de uma pessoa não é mais ligado a concepções humanistas, mas medido pelo potencial financeiro e pela capacidade de assumir, administrar e pagar dívidas. A acessibilidade ao ensino superior e a crise da dívida estudantil nos EUA tornaram-se um importante tema bipartidário na campanha eleitoral.¹⁵

14 “Student Debt and a Push for Fairness”, de Ron Lieber, Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/06/05/your-money/student-loans/05money.html?_r=3>. Acessado em: 08 jan. 2016.

Ver também “The Student Loan Debt Abolition Movement in the US”, disponível em: <<http://reallyopenuniversity.wordpress.com/2011/01/08/the-student-loan-debt-abolition-movement-in-the-u-s/>>, <http://ourfuture.org/20150127/liberate-41-million-americans-from-student-loan-debt>, <http://studentloanjustice.org/> e <<http://www.bankruptcyyourstudentloans.com/links/politics.htm>>. Acessado em: 08 jan. 2016.

15 Para uma análise do aumento dos custos com educação nos EUA ver: <http://debtandsociety.org/publication/borrowing_against_the_future/>. Ver também o site Debt and Society: <<http://debtandsociety.org/>>. Acessado em: 08 jan. 2015.

A financeirização da dívida estudantil e do ensino superior em geral faz parte de uma série mais ampla de mudanças que, historicamente, tem suas origens na desregulamentação do setor financeiro, com início na década de 1970, e suas conseqüências estão sendo intensamente sentidas apenas agora em uma crise da dívida estudantil, que destacam os princípios biopolíticos e a ética da subjetividade que surgem a partir de economias da dívida (Caffentzis, 2011). Na medida que o governo federal obtém enormes lucros e a 'inadimplência' dos empréstimos estudantis aumenta, os EUA correm o risco de criminalizar toda uma classe de estudantes, os mais brilhantes e melhores, que se afundam cada vez mais em dívidas. O velho mantra liberal que uma educação universitária é a única maneira de sair da pobreza não é mais verdadeiro, se algum dia foi – agora, o ensino superior como uma parte significativa e que cresce rapidamente da financeirização tornou-se um meio político para controlar e manipular os alunos na medida que a geração deles coletivamente paga o Sonho Americano.

As aplicações e lições globais para governos e mercados são reais e duradouras: enquanto a ideologia financeira neoliberal se baseia em 'liberdade ilimitada' como uma condição das possibilidades históricas para uma economia de livre mercado, ao mesmo tempo, ela demanda que a dívida seja *infinita* tanto para o indivíduo quanto para a sociedade e que nunca possa ser paga totalmente como um aspecto da 'culpa' e do 'castigo' identificados pela primeira vez por Nietzsche.

Referências

- BALIBAR, E. The Politics of Debt. Disponível em: <<http://criticaltheory.berkeley.edu/events/event/neoliberalism-and-biopolitics-working-group-politics-of-the-debt/>>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- BLUNDELL-WIGNALL, A. (2012) Solving the Financial and Sovereign Debt Crisis in Europe, OECD Journal: Financial Market Trends, 2. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-markets/49481502.pdf>>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- BOTTING, Fred. (2000) Undead-Ends: Zombie Debt/Zombie Theory, Postmodern Culture, 23 (3).
- CAFFENTZIS, G. (2011) The student loan debt abolition movement in the United States. Reclamations journal, 31-44. Disponível em: <http://www.reclamationsjournal.org/issue_debt_george_caffentzis.htm>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- DIENST, R. (2011) The Bonds of Debt: Borrowing Against the Common Good. London, Verso.
- EDELMAN, E.; and MURGEL, J. (2013) Biopolitical Economies in Higher Education Debt Formation: Financial Exploitation of Knowledge Production. Disponível em: <https://www.academia.edu/9059009/Biopolitical_Economies_in_Higher_Education_Debt_Formation>. Acessado em: 08 jan. 2016.

- GRAEBER, D. (2011) *Debt: The First 5,000 Years*. New York, Melville House.
- HART, K & ORTIZ. (2014). *The Anthropology of Money and Finance: Between Ethnography and World History*. *Annual Review of Anthropology*, 43:465-82.
- HART, K. (2013) Contemporary research on the anthropology of money and finance. Disponível em: <<http://themorybank.co.uk/2013/09/04/contemporary-research-on-the-anthropology-of-money-and-finance/>>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- KUTTNER, R. (2013) *The German Menace*, *TheHuffington Post*. Disponível em <http://www.huffingtonpost.com/robert-kuttner/the-german-menace_b_7922376.html>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- KUTTNER, R. (2015) *Debtors' Prison: The Politics of Austerity Versus Possibility: the Politics of Austerity versus Possibility*. New York, Vintage.
- LANE, Philip R. (2012) "The European Sovereign Debt Crisis." *Journal of Economic Perspectives*, 26(3): 49-68.
- MAURER, B. (2006). *The Anthropology of Money*. *Annual Review of Anthropology*, 35:15-36.
- NIETZSCHE, F. (orig, 1887) *Genealogy of Morals*. Disponível em <<http://records.viu.ca/~johnstoi/Nietzsche/genealogytofc.htm>>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- PEEBLES, G. (2010) *The Anthropology of Credit and Debt*. *Annual Review of Anthropology*, 39:225-40.
- PETERS, M. A.; BESLEY, T.; PARASKEVA, J. (2015) *The Global Financial Crisis and Educational Restructuring, Citizenship. Social and Economics Education*, April 2015 vol. 14 no. 1 15-18.
- PETERS, M. A.; PARASKEVA, J.; and BESLEY, T. (2015) *The Global Financial Crisis and the Restructuring of Education*. New York, Peter Lang.
- REINHART, C. M.; REINHART, V.; and ROGOFF, K. (2012) *Public Debt Overhangs: Advanced- Economy Episodes Since 1800*. *Journal of Economic Perspectives*, 26, 3, Summer: 69-86.
- SHAMBAUGH, J. C. (2012) *The Euro's Three Crises*, *Brookings Papers on Economic Activity*, Spring: 157-231.
- STAVRAKAKIS, Y. (2013) *Debt society Greece and the future of post-democracy*, *Radical Philosophy*, 181: 33-38.
- TASKALE, A. R. (2012) *Debt as a Mode of Governance*. Disponível em: <<http://criticallegalthinking.com/2012/04/16/debt-as-a-mode-of-governance/>>. Acessado em: 08 jan. 2016.
- WILLIAM, J. (2006) *The Pedagogy of Debt*, *College Literature*, 33 (4) 155-169. Disponível em: <<http://josswinn.org/wpcontent/uploads/2014/12/pedagogyofdebt.pdf>>. Acessado em: 08 jan. 2016.



Michael A. Peters é doutor em Filosofia da Educação pela University of Auckland, Nova Zelândia. É professor de Educação na University of Illinois. É editor de “Educational Philosophy and Theory” (Blackwell) e “Policy Futures in Education and E-Learning”. É professor de Educação da Universidade de Waikato, professor emérito da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign e professor Adjunto na Escola de Arte, Royal Melbourne Institute of Technology (RMIT) e Escola de Estudos Estrangeiros, Universidade de Guangzhou.

Obras do autor

PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina (Org.). *Por que Foucault: novas diretrizes para a pesquisa educacional*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PETERS, Michael A. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – Uma introdução*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Outra contribuição do autor

PETERS, Michael A. *Financeirização, o ácido que corrói a democracia*. [10/09/2015]. Revista IHU On-line, nº 472. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevista concedida a Márcia Junges e Ricardo Machado. Tradução: Walter O. Schlupp.



UNISINOS